



Bolsonaro faz duras críticas ao ministro Barroso, do STF, por ordenar a instalação da CPI da Covid, no Senado, para investigar eventuais omissões do Executivo na pandemia. Magistrado diz que cumpre a Constituição e recebe apoio da Corte

Evaristo Sá/AFP



Carlos Moura/SCO/STF



**Falta-lhe coragem moral e sobra-lhe imprópria militância política"**

Jair Bolsonaro, presidente da República, sobre Barroso



**Desempenho o meu papel com seriedade, educação e serenidade"**

Luís Roberto Barroso, ministro do STF, em resposta a Bolsonaro

# Pressionado por CPI, governo vai ao ataque

» RENATO SOUZA  
» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro deflagrou mais uma crise com o Supremo Tribunal Federal (STF). No dia seguinte à decisão do ministro da Corte Luís Roberto Barroso, que determinou a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar eventuais omissões do governo no combate à covid-19, o chefe do Executivo disparou contra o magistrado.

Bolsonaro publicou nas redes sociais que o ministro "não tem coragem moral" para determinar abertura de impeachment contra seus pares. "Barroso se omite ao não determinar ao Senado a instalação de processos de impeachment contra ministro do Supremo, mesmo a pedido de mais de 3 milhões de brasileiros. Falta-lhe coragem moral e sobra-lhe imprópria militância política", escreveu numa rede social.

A apoiadores no Palácio do Planalto, Bolsonaro acusou o magistrado de atuar politicamente com a ala da "esquerda" no Senado para desgastar o governo. E mandou recado ao integrante do STF: "Use a sua caneta para boas ações em defesa da vida e do povo brasileiro, e não para fazer politicalha dentro do Supremo". A reação do chefe do Planalto já era esperada. No entanto a expectativa é de que fosse menos contundente, pois o Executivo tentava se aproximar do STF.

Barroso dava aulas na Univer-

## CPI da Covid

- » **Quórum necessário para a instalação**  
27 assinaturas
- » **Apoios obtidos**  
32 senadores assinaram
- » **Duração**  
90 dias
- » **Objetivo**  
Apurar ações e omissões do governo federal na pandemia
- » **Ações possíveis**  
» Quebras de sigilo telefônico,

- bancário, fiscal, de e-mail e dados
- » Oitiva de testemunhas e qualquer autoridade
- » Solicitação de perícias, exames, laudos e auditorias
- » Solicitação de funcionários de qualquer poder, inclusive policiais para as diligências
- » Pedido ao Ministério Público de indiciamento de investigados

sidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) quando Bolsonaro fez as críticas. Ao tomar conhecimento do caso pela imprensa, disse que seguiu a Constituição. "Na minha decisão, limitei-me a aplicar o que está previsto na Constituição, na linha de pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e após consultar todos os ministros. Cumpro a Constituição e desempenho o meu papel com seriedade, educação e serenidade. Não penso em mudar", afirmou.

O STF, por sua vez, emitiu nota em defesa de Barroso. "O Supremo Tribunal Federal reitera que os ministros que compõem a Corte tomam decisões conforme a Constituição e as leis e que, dentro do Estado democrático de direito, questionamentos a elas devem ser feitos nas vias recursais próprias, contribuindo para que o espírito republicano prevaleça em nosso país", diz o comunicado.

Na Corte, uma ala menor, puxada por dois ministros, defende que a ordem de instalação da CPI deveria ter ocorrido coletivamente, por conta da importância. Mas outros, menos próximos do Executivo e do Legislativo, avaliam que não teria como tomar uma decisão diferente, tendo em vista que os senadores conseguiram cumprir todos os requisitos constitucionais para iniciar as diligências.

Além de fazer discursos contra a vacina, no começo da pandemia, Bolsonaro e o agora ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello insistiram em recomendar o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus. Além disso, são acusados de omissão na crise da falta de oxigênio em Manaus. Por conta disso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) fez o pedido para a abertura da CPI da Covid e obteve

32 assinaturas — de acordo com a Constituição, uma comissão parlamentar de inquérito deve ser criada se tiver apoio de pelo menos 27 parlamentares. A solicitação foi protocolada em 4 de fevereiro, mas como Rodrigo Pacheco resistia em instalar o colegiado, dois dos parlamentares que assinaram o pedido, Jorge Kajuru (GO) e Alessandro Vieira (SE), do Cidadania, recorreram ao STF. De acordo com a Constituição, a abertura do colegiado independe da vontade do presidente do Senado.

## Defesa

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), entidade que representa magistrados de todo o Brasil, publicou um texto repudiando as declarações de Bolsonaro contra Barroso. Ao *Correio*, o presidente da entidade, Eduardo Brandão, disse que as críticas não podem sair do campo institucional. "Qualquer autoridade pode ficar insatisfeita com uma decisão. É normal, mas o que não podemos tolerar é agressões pessoais a juizes. Dizer que vai recorrer faz parte do jogo democrático... Só existe democracia com a Justiça fazendo seu papel", enfatizou.

A tensão ocorre uma semana após a escalada de conflitos institucionais do governo com as Forças Armadas, que levaram à queda do então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e dos comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Fernando Bezerra disse que tentará a retirada de assinaturas da CPI

## As estratégias do Planalto

» JORGE VASCONCELLOS

A relação entre Legislativo e Judiciário ficou abalada após a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou à presidência do Senado a instalação da CPI da Covid para apurar ações e omissões do governo na pandemia. Vários senadores fizeram ameaças de retaliação à Corte, incluindo o impeachment do ministro. Ao mesmo tempo, o governo corre contra o tempo em um esforço para evitar a abertura da investigação parlamentar. Uma das estratégias é tentar a retirada de assinaturas do requerimento de criação da CPI, o que inviabilizaria a instalação do colegiado.

O clima dominante no Senado é de confronto ao STF. O episódio, inclusive, reacendeu as antigas pressões pela instalação da chamada CPI da Lava Toga, destinada a apurar eventuais irregularidades na atuação dos magistrados da Corte.

Na quinta-feira, logo após o despacho de Barroso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), um aliado do Planalto, afirmou que ia cumprir a decisão judicial, mas frisou que ela "pode ser o coroamento do insucesso nacional no enfrentamento à pandemia". Mesmo assim, ele se comprometeu a fazer a leitura

do requerimento da CPI, em plenário, na próxima semana.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmando que a gravidade da crise sanitária exige que todas as atenções estejam voltadas para o seu combate. "Por isso, quero reafirmar o nosso apoio ao posicionamento do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que aponta para o juízo de conveniência e de oportunidade da CPI neste momento de excepcionalidade", afirmou.

Bezerra anunciou que tentará a retirada de assinaturas do requerimento de criação do colegiado. Ele acredita que muitos senadores podem ter repensado a posição, diante das repercussões da decisão judicial. Outra estratégia prevê que, em caso de instalação da CPI, o governo evite que a oposição tenha maioria na comissão, a ser composta por 11 titulares e sete suplentes. A formação do colegiado é baseada no tamanho das bancadas. Dessa forma, o MDB, partido de Fernando Bezerra e também do líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (TO), poderia ter o maior número de assentos.

» Leia mais sobre a reação do Congresso à decisão de Barroso na **página 4**

## Memória

### Derrotas em série

A reação agressiva do presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, remete aos embates ocorridos no ano passado, quando a Corte impôs diversas derrotas ao Planalto, revogando atos e até a tentativa de nomear o delegado Alexandre Ramagem, amigo da família pre-

sidencial, como diretor-geral da Polícia Federal. A nomeação foi anulada, na época, pelo ministro Alexandre de Moraes.

O Supremo já abriu uma investigação relacionada à atuação do governo na pandemia. Um inquérito apura se houve omissão do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na crise que levou o sistema de saúde de Manaus ao colapso, no início do ano, quando pacientes morreram asfixiados por falta de me-

toque de oxigênio nos hospitais. O caso foi enviado para a Justiça Federal do Distrito Federal após Pazuello deixar o cargo e perder o foro privilegiado.

A decisão de Barroso, de ordenar a CPI da Covid, foi tomada no mesmo dia em que o Supremo frustrou novamente as pretensões do Planalto, ao permitir que governadores e prefeitos de todo o país proibam a realização de missas e cultos presenciais na pandemia. Bolsonaro é crítico de me-

didadas de restrições adotadas para conter a propagação da covid-19.

Além disso, o Supremo já havia imposto uma série de derrotas a Bolsonaro em ações relativas ao enfrentamento da pandemia. Foi assim, por exemplo, ao garantir a estados e municípios autonomia para decretar medidas de isolamento social, decidir a favor da vacinação obrigatória contra a covid-19 e mandar o governo detalhar o plano nacional de imunização contra a doença.